

WLADIMIR NOVAES MARTINEZ

**Direito
dos
Idosos**

LT[®]_{BR}

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	15
<i>Capítulo I. Introdução</i>	17
<i>Capítulo II. Conceito de Idoso</i>	21
21. Idéias preambulares	21
22. Problemas de nomenclatura	22
23. Conceito legal	23
24. Legislação eleitoral	24
25. Normas laborais	24
26. Direito Previdenciário	24
27. Estados e Municípios	25
28. Concepção internacional	25
29. Opiniões dos estudiosos	25
30. Conceito defensável	26
<i>Capítulo III. Origem do Desconforto</i>	28
31. Êxodo rural	31
32. Urbanização da habitação	31
33. Famílias numerosas	31
34. Fim dos laços familiares	32
35. Dificuldades financeiras	32
36. Aproveitamento da mão-de-obra	32
37. Conflito de gerações	33
38. Transferência da responsabilidade	33
39. Avanço da tecnologia	33
40. Aspectos culturais	34
<i>Capítulo IV. Fontes Formais</i>	36
41. Declarações internacionais	37

42. Preceitos constitucionais	38
43. Regras infraconstitucionais	42
44. Leis estaduais e municipais	43
45. Ditames penais	43
46. Normas regulamentares	43
47. Comandos administrativos	44
48. Praxes particulares	44
49. Jurisprudência judicial	44
50. Doutrina específica	44
<i>Capítulo V. Enquadramento Enciclopédico</i>	<i>47</i>
51. Direito social	47
52. Natureza jurídica	48
53. Características das prestações	49
54. Regras de acumulação	50
55. Não-contributividade	51
56. Presunções válidas	51
57. Competência judiciária	51
58. Princípios aplicáveis	51
59. Técnicas interpretativas	52
60. Tendências hodiernas	52
<i>Capítulo VI. Empreendedores da Proteção</i>	<i>53</i>
61. Ministério da Previdência e Assistência Social	53
62. Ministério da Saúde	54
63. Ministério do Planejamento e Orçamento	54
64. Ministério da Educação e do Desporto	54
65. Ministério do Trabalho	54
66. Ministério da Cultura	54
67. Ministério da Justiça	55
68. Secretarias estaduais e municipais	55
69. Conselhos federal, estaduais e municipais	55
70. Entidades particulares	56

DIREITO DOS IDOSOS	11
<i>Capítulo VII. Amparo Assistencial</i>	58
71. Fontes formais	58
72. Destinatários da norma	59
73. Natureza jurídica	59
74. Conceito e definição	59
75. Requisitos legais	60
76. Data do início	61
77. Concessão e manutenção	61
78. Percepção do abono anual	62
79. Regras de acumulação	62
80. Montante mensal	62
<i>Capítulo VIII. Renda Mensal Vitalícia</i>	63
81. Noções introdutórias	63
82. Natureza jurídica	63
83. Clientela de beneficiários	64
84. Valor mensal	64
85. Regras de acumulação	64
86. Qualidade de segurado	64
87. Outorga de pensão	64
88. Jurisprudência judicial	64
89. Jurisprudência administrativa	65
90. Extinção do benefício	65
<i>Capítulo IX. Aposentadoria por Idade</i>	66
91. Requisitos mínimos	66
92. Trabalhadores rurais	67
93. Posição jurisprudencial	68
94. Mudanças da Lei n. 9.032/95	68
95. Medida Provisória n. 1.523/96	69
96. Data do início do benefício	70
97. Cessação do contrato de trabalho	71

98. Opiniões sobre o rompimento	74
99. Valor do benefício	81
100. Aposentadoria compulsória	81
<i>Capítulo X. Política Nacional do Idoso</i>	83
101. Primeiras definições	83
102. Objetivos colimados	84
103. Preceitos aplicáveis	84
104. Diretrizes básicas	86
105. Gestão administrativa	88
106. Recursos orçamentários	89
107. Programas securitários	89
108. Medidas na educação, habitação e urbanismo	90
109. Providências na cultura, esporte e lazer	91
110. Normas jurídicas	91
<i>Capítulo XI. Prioridades Urbanas</i>	92
111. Passagem nos veículos urbanos	92
112. Ingresso gratuito nos estádios	93
113. Desconto nos teatros e cinemas	93
114. Preferência nas filas de bancos	93
115. Assento nos veículos coletivos	93
116. Remissão ou dedução em clubes	94
117. Prioridade nos aeroportos	94
118. Atendimento urgente nos hospitais	94
119. Clínicas de repouso	94
120. Isenção do IPTU	94
<i>Capítulo XII. Preparação para Aposentação</i>	95
121. Escorço histórico	96
122. Questões terminológicas	96
123. Objetivos gerais	96

DIREITO DOS IDOSOS	13
124. Pauta dos debates	97
125. Nuanças positivas e negativas	98
126. Vantagens e desvantagens do empregado	98
127. Vantagens e desvantagens do empregador	99
128. Temário mínimo	99
129. Metodologia científica	100
130. Participação do Estado	100
<i>Capítulo XIII. PIS-PASEP</i>	101
131. Significado da sigla	101
132. Natureza jurídica	101
133. Fontes formais	102
134. Condições exigidas	102
135. Documentos necessários	103
136. Total dos depósitos	103
137. Órgãos gestores	103
138. Proteção ao direito	104
139. Fontes de custeio	104
140. Direito dos dependentes	104
<i>Capítulo XIV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço</i>	105
141. Fontes formais	105
142. Natureza jurídica	106
143. Quem tem direito	106
144. <i>Quantum</i> em dinheiro	106
145. Agentes gestores	106
146. Fontes de custeio	107
147. Justiça competente	107
148. Hipóteses de saques	108
149. Fiscalização da exigência	108
150. Visão dos especialistas	108

<i>Capítulo XV. Faculdades Indisponíveis</i>	109
151. Direito à vida	109
152. Direito à liberdade	110
153. Direito à cidadania	110
154. Direito ao trabalho	111
155. Direito à segurança física	111
156. Direito de associação e convívio.....	112
157. Direito asilar	112
158. Direito ao lazer	112
159. Direito à sexualidade	113
160. Direito à seguridade social	114
<i>Apêndice</i>	
Lei n. 8.842/94	117
Decreto n. 1.948/96	122
Decreto n. 1.744/95	128
Resolução MPS/INSS n. 324/95	137
Lei n. 8.742/93	142
Resolução INSS n. 435/97	145